

MEX-2 COMPANHIA DE FRONTEIRA/MS

Edital 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026 FRONTEIRA	160153-MEX-2 COMPANHIA DE /MS	EVANDIO GABRIEL PINHEIRO DE CASTRO LIMA	05/05/2026 17:51 (v 0.5)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64421.001478/2026-26

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2026

CONTRATANTE(UASG)

(160153)

OBJETO

A aquisição de materiais permanentes para a 2ª Companhia de Fronteira justifica-se pela necessidade de garantir condições adequadas de funcionamento das diversas áreas que compõem a subunidade, incluindo o rancho, a formação sanitária, o Pelotão Especial de Fronteira (PEF) e os setores administrativos e operacionais.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.205.923,99 (HUM MILHÃO DUZENTOS E CINCO MIL NOVECENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/06/2026 às 08:30h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

fechado e aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM



**MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO
BRASILEIRO**

2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA

(Companhia Soldado Simeão Fernandes)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026.

Torna-se público que a 2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA, por meio da SEÇÃO DE AQUISIÇÕES LICITAÇÕES E CONTRATO, sediado(a) Rua: Capitão Cantalice, Nr 1077, Centro, Porto Murtinho - MS, CEP 79280- 585, CNPJ 09.586.056/0001-44, Telefone (67) 3368- 5431, horário de atendimento de 2ª a 5ª feiras, das 08h às 14h, às 6ª feiras das 08h às 11h , realizará licitação, **para registro de preços**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de materiais permanentes destinados a 2ª Companhia de Fronteira, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2 O Sistema de Registro de Preços observará as disposições do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e será operacionalizado no sistema Compras.gov.br, conforme art. 3º, §1º, do referido Decreto.”

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. **Participação exclusiva para ME/EPP, conforme art. 72, III, da Lei nº 14.133/2021 e art. 48 da LC nº 123/2006, uma vez que todos os itens possuem valor individual inferior a R\$ 80.000,00.**

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11. vedação de participação de empresas suspensas ou declaradas inidôneas em outros entes federativos (art. 155, §3º, da Lei 14.133/21).
- 3.7.12. agente público do órgão ou entidade licitante
- 3.7.13. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A6]

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *valor unitário do item expresso em Reais (R\$);*

6.1.2. *marca;*

6.1.3. *fabricante;*

6.1.4. *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de estipulado no Termo De Referencia*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13 Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item .

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,10 (dez centavos)*

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.13. No modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento)

superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>)

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata os termos da Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, que reformou a Lei de Improbidade Administrativa”

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN SEGES/ME nº 73)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN SEGES/ME nº 73)

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN SEGES/ME nº 73)

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.15. O pregoeiro de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021 na análise dos documentos de habilitação e proposta poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos, mediante decisão fundamentada.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou pelo e-mail salc@2ciafron.eb.mil.br.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN SEGES/ME nº 73).

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN SEGES/ME nº 73).

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN SEGES/ME nº 73).

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de de 2(duas) horas, podendo ser prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (DUAS) horas , para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. A Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.1.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.1.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.1.4. A existência de registro no CADIN será considerada para fins de avaliação da regularidade do fornecedor, não constituindo, por si só, impedimento automático à contratação, devendo ser analisada à luz do caso concreto.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a

autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobreponha decisão final da autoridade competente.

13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br ou www.2ciafron.eb.mil.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. , salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades

civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.4.3. As multas observarão proporcionalidade com a gravidade da infração, conforme parâmetros do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e do Anexo II da IN SEGES/ME nº 73/2022

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: apresentados em original, por cópia ou pelo e-mail salc@2ciafron.eb.mil.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: rua Capitão Cantalice, 1077, bairro Centro, na cidade de Porto Murtinho/MS CEP 79280-585, Seção de Aquisição de licitações e Contratos (SALC).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a

segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, _____ prevalecerá _____ as _____ deste _____ Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e também poderão ser lidos e / ou obtidos no endereço: Rua Capitão Cantalice, 1077, bairro Centro, na cidade de Porto Murtinho/MS CEP 79280-585, Seção de Aquisição de licitações e Contratos, nos dias úteis, no horário das 09h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de 2ª a 5ª feira, e das 08h00min às 12h00min, nas sextas-feiras, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados. Quaisquer dúvidas enviar e-mail para salc@2ciafron.eb.mil.br.

.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.2. Apêndice do Anexo II - Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3. *Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;*

Porto Murtinho, MS, 05 de maio de 2026.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HERCULES DOS SANTOS COSTA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 17:51:19.



Documento assinado digitalmente

CARLOS MARCELO DA SILVA

Data: 05/05/2026 18:22:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CARLOS MARCELO DA SILVA

Autoridade competente

MEX-2 COMPANHIA DE FRONTEIRA/MS

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	160153-MEX-2 COMPANHIA DE FRONTEIRA/MS	MATEUS MAGGI NEMERSKI	27/05/2026 10:52 (v 0.13)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	17/2026	64421.001478/2026-26

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64421.001478/2026-26)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A aquisição de materiais permanentes para a 2ª Companhia de Fronteira justifica-se pela necessidade de garantir condições adequadas de funcionamento das diversas áreas que compõem a subunidade, incluindo o rancho, a formação sanitária, o Pelotão Especial de Fronteira (PEF) e os setores administrativos e operacionais..

	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND MED	QTD MIN	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	FORNO INDUSTRIAL TIPO:A GÁS\, MATERIAL:CHAPA AÇO INOXIDÁVEL\, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:16 ASSADEIRAS\, COMPRIMENTO:1140 MM\, LARGURA:1953 MM\, ALTURA:2.340 MM\, CONSUMO:1\,80 KG/H\, TIPO CÂMERA:PORTA COM VIDRO DUPLO TEMPERADO\, FAIXA TEMPERATURA: 30 A 250 °C\, COMPONENTES:3 TURBINAS RADIAIS\, 1 CARRO FIXO 1 CARRO GIRATÓRIO\, PESO:680 KG\, APLICAÇÃO:PADARIA. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	445792	unidade	03	05	R\$ 3.356,33	R\$16.781,65
	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL\, MATERIAL COPO. AÇO INOXIDÁVEL\, MATERIAL BASE:AÇO INOX\, CAPACIDADE:25 L\, POTÊNCIA MOTOR:1\,2 CV\, TENSÃO NOMINAL:220 V\, APLICAÇÃO:INDUSTRIAL LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL\, MATERIAL COPO. AÇO INOXIDÁVEL\, MATERIAL BASE:AÇO INOX\, CAPACIDADE:25 L\, POTÊNCIA MOTOR:1\,5 CV\, TENSÃO NOMINAL:220 V\, LIQUIDIFICADOR						

2	INDUSTRIAL\, MATERIAL COPO:AÇO INOXIDÁVEL\, MATERIAL BASE:ALUMÍNIO\, LARGURA:450 MM\, ALTURA:1.215 MM\, PESO:20\,40 KG\, CAPACIDADE: 25 L\, POTÊNCIA MOTOR:1\,5 CV\, TENSÃO NOMINAL: 110/220 V\, APLICAÇÃO:INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA\, MATERIAL HÉLICE:AÇO INOXIDÁVEL\, PROFUNDIDADE:575 MM\, MATERIAL TAMPA:AÇO INOXIDÁVELI. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	481373	unidade	01	03	R\$ 2.157,11	R\$6.471,33	1.2. O s bens
3	MESA\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, COMPRIMENTO:190 CM\, LARGURA:85 CM\, ALTURA: 90 CM\, PROFUNDIDADE:70 CM\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TAMPO LISO E PRATELEIRA GRADEADA, MESA\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, COMPRIMENTO:1\,50 M\, LARGURA:0\,70 M\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LISA\, COM 3 GAVETAS\, ALTURA:0\,85 M, MESA\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, COMPRIMENTO:150 CM\, LARGURA:85 CM\, ALTURA:90 CM\, PROFUNDIDADE:70 CM\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TAMPO LISO E PRATELEIRA GRADEADA. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	621398	unidade	14	20	R\$ 2.006,33	R\$40.126,60	
4	BALCÃO TÉRMICO MATERIAL: AÇO INOXIDAVÉL, COMPRIMENTO: 200 CM , LARGURA 77 CM, ALTURA:90 CM COMPONENTES: TAMPO E, GRANITO, CORREIA DE BANCADA, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: PROPTETOR SALIVAR, AQUECIMENTO RESISTENCIA ELETRICA, QUANTIDADE RECIPE: 6 UM , TIPO RECIPIENTES: GN'S 1/1. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	615669	unidade	01	02	6.475,41	R\$12.950,82	
5	REFRIGERADOR EXPOSITOR\, TIPO:VERTICAL\, CAPACIDADE:500 L\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRATELEIRAS ARAMADAS REGULÁVEIS E INCLINÁVEIS\, VOLTAGEM:BIVOLT V\, TEMPERATURA:1 A 7 °C. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	609959	unidade	02	04	R\$ 5.075,00	R\$20.300,00	
6	ESTUFA ELÉTRICA PARA COZINHA\, TIPO:PASS-THRU REFRIGERADO\, QUANTIDADE DE PORTA:1\, VOLUME INTERNO:475 L\, CAPACIDADE:ATÉ 34 GNS 1/1\, DIMENSÕES:750 X 850 X 2190 MM\, TEMPERATURA DE TRABALHO:1 A 10 °C\, VOLTAGEM:220 V\, POTÊNCIA:0\,5 KW\, GÁS REFRIGERANTE:R134A, ESTUFA ELÉTRICA PARA COZINHA\, TIPO:PASS-THRU AQUECIDO\, QUANTIDADE DE PORTA:1\, VOLUME INTERNO:475 L\, CAPACIDADE:ATÉ 34 GNS 1/1\, DIMENSÕES:750 X 850 X 2190 MM\, VOLTAGEM:220 V\, POTÊNCIA:1\,16 KW. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	615156	unidade	01	02	R\$ 6114,92	R\$12.229,84	
	MISTURADOR / AMASSADEIRA\,MATERIAL: ALUMÍNIO FUNDIDO\, TIPO ACIONAMENTO:			01				

7	ELETROMECAÂNICO\, CAPACIDADE:60 L\, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO\, FUNCIONAMENTO:ELÉTRICO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PÁ E RECIPIENTE EM AÇO INOX\, 2 VELOCIDADES\, ROTA-. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	444990	unidade		02	R\$19.186,02	R\$38.372,04
8	ESTANTE\, MATERIAL:AÇO\, ALTURA:200 CM\, LARGURA:120 CM\, PROFUNDIDADE:0\,60 CM\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:FOSFATIZADO\, PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO\, QUANTIDADE PRATELEIRAS:6 UN, ESTANTE\, MATERIAL:AÇO CARBONO\, ALTURA:200 CM\, LARGURA:92 CM\, PROFUNDIDADE:60 CM\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:FOSFATIZADO\, PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO\, QUANTIDADE PRATELEIRAS:6 UN. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	622174	unidade	14	20	R\$ 1.162,99	R\$23.259,80
9	PALETE\, MATERIAL:POLIETILENO\, COMPRIMENTO: 1 M\, LARGURA:1200MM MM\, ALTURA:15 CM\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:3 LONGARINAS FACE VAZADA.\, CAPACIDADE:ESTÁTICA 4.500\, CARGA DINÂMICA MÍNIMO 2.000 KG. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	622738	unidade	07	10	R\$ 227,67	R\$ 2.276,70
10	CLAVICULÁRIO\, MATERIAL:AÇO\, COMPRIMENTO: 40 CM\, LARGURA:22 CM\, ESPESSURA:6 CM\, CAPACIDADE:30 CHAVES\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:01 PORTA FRONTAL, CLAVICULÁRIO\, MATERIAL:AÇO\, COMPRIMENTO:49 CM\, LARGURA: 39 CM\, CAPACIDADE:100 CHAVES\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA EPOXI\, PROFUNDIDADE:15 CM\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FECHADURA DIGITAL ELETRÔNICA COM DISPLAY. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	245681	unidade	01	03	R\$ 260,99	R\$ 782,97
11	MÁQUINA FATIADORA\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, MATERIAL LÂMINA:AÇO ALEMÃO\, DIÂMETRO:370 MM\, POTÊNCIA:5 HP\, TIPO MOTOR: MONOFÁSICO\, FREQUÊNCIA:60 CICLOS E 580 GIROS LÂMINA/MINUTO\, ALIMENTAÇÃO:110/220 V\, APLICAÇÃO:PROCESSAMENTO CARNE. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	230201	unidade	01	03	R\$ 4.002,67	R\$ 12.008,01
12	RALADOR ELÉTRICO\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, TENSÃO:110/220 V\, APLICAÇÃO:INDUSTRIAL\, FINALIDADE:RALAR CÔCO E QUEIJO\, ESPESSURA DISCO:FINO / MÉDIO / GROSSO\, POTÊNCIA MOTOR: 1/2 HP. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	254017	unidade	01	03	R\$ 1.748,03	R\$ 5.224,09
	Processador Alimentos Material Corpo: Aço Inoxidável , Material Externo: Aço Inoxidável , Material Tampa: Alumínio , Cor: Cinza , Tensão: Bivolt V, Potência: 1/2 CV, Altura: 580 MM, Peso: 10,89 KG, Características Adicionais: Lâminas Em Aço Inox , Tipo Acionamento:	615816	unidade	01	03	R\$ 4.685,58	R\$ 14.056,74

13	Manual , Capacidade: 4.000 M. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)						
14	COIFA\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL ESCOVADO\, 215382 APLICAÇÃO:COZINHA\, TIPO:DE PAREDE\, unidade CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM EXAUSTOR\, 01 NÍVEIS VELOCIDADE\, 220 V DIMENSÕES, COIFA\, 03 MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, APLICAÇÃO: R\$ 2.466,67 COZINHA\, TIPO:APOIADA EM PAREDE\, R\$ 7.400,01 CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM EXAUSTOR						
15	FOGÃO INDUSTRIAL\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, 436956 FUNCIONAMENTO:GÁS\, TIPO ACENDIMENTO, unidade MANUAL\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM 02 FORNO/GRELHAS DE 40X40 CM/QUEIMADORES R\$ 3.935,47 DUPLOS\, QUANTIDADE BOCAS:8 UN. ITENS DE R\$ 7.870,94 PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)						
16	ARMÁRIO PANIFICAÇÃO\, MATERIAL:CHAPA DE 481714 AÇO\, ALTURA:1\,98 M\, LARGURA:65 CM\, unidade PROFUNDIDADE:72 CM\, ACABAMENTO 01 SUPERFICIAL:PINTADO EM EPÓXI\, 03 CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM 20 ESTEIRAS R\$ 3.002,04 MODELO FECHADO\, VISOR DE VIDRO NA. ITENS DE R\$ 9.006,12 PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)						
17	BATEDEIRA INDUSTRIAL\, MATERIAL CORPO:AÇO\, 450916 CAPACIDADE:5 L\, POTÊNCIA MOTOR:1/4 CV\, Unidade CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PLANETÁRIA\, C 01 REGULADOR DE VELOCIDADE\, TENSÃO 03 ALIMENTAÇÃO:220 V\, ACESSÓRIOS:3 BATEDORES R\$ 2.451,80 TIPO ESPIRAL\, RAQUETE E GLOBO. ITENS DE R\$ 7.355,40 PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)						
18	TANQUE\, TIPO:TANQUE DE LAVAGEM\, MATERIAL 623781 AÇO INOX AISI 430\, APLICAÇÃO:LAVAGEM\, unidade CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM PÉS EM TUBO 01 DE AÇO INOXIDÁVEL\, SAPATAS EM NYLO, TANQUE\, 03 MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL ESCOVADO\, R\$ 1.155,00 CAPACIDADE MÍNIMA:50 L\, ACESSÓRIOS. R\$ 3.465,00 TORNEIRA\, APLICAÇÃO:AGROINDÚSTRIA\, , ENCAMISADO ENTRADA/SAÍDA ÁGUA FRIA/. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)						
19	SANDUICHEIRA\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, 601739 TENSÃO:110 V\, POTÊNCIA:850 W\, unidade CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CHAPAS 01 REVESTIDAS COM TEFLON\, TIPO GRILL. ITENS DE 03 PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006) R\$ 99,73 R\$ 299,19						
		620230	unidade	01	03	R\$ 2.165,81	R\$ 6.497,43

20	CHURRASQUEIRA\, TIPO:PORTÁTIL ELEVATÓRIA\, MATERIAL:AÇO INOX\, VOLTAGEM:BIVOLT\, FREQUÊNCIA:60 HZ\, ALTURA:58 CM\, LARGURA:85 CM\, PROFUNDIDADE:62 CM\, ACESSÓRIOS:COM ESPETOS\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ALTURA AJUSTÁVEL. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)						
21	PANELA\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, CAPACIDADE:5 L\, TIPO:RECHAUD\, MATERIAL TAMP:VIDRO PANELA CUSCUZ. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	623139	unidade	04	06	R\$ 300,24	R\$1.801,44
22	LIXEIRA\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, CAPACIDADE:200 L\, TIPO:COM TAMP\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM TAMP E PEDAL, LIXEIRA\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, CAPACIDADE:12 L\, TIPO:COM TAMP\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:HASTE E PEDAL PARA ACIONAMENTO DA TAMP\, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	370526	unidade	10	15	R\$ 101,67	R\$ 1.525,05
23	CONTAINER\, MATERIAL:CHAPA DE AÇO Nº 14\, TIPO: CÂMARA DE LIXO\, CAPACIDADE:1.200 L\, APLICAÇÃO:RESÍDUOS SÓLIDOS\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MUNHÕES DE AÇO MACIÇOS\, TAMP BI-PARTIDA\, RODÍZIOS\, DIMENSÕES:1\,955 X 1\,180 X 0\,900 M, CONTAINER\, MATERIAL:AÇO REFORÇADO (1\,9MM)\, TIPO: CÂMARA DE LIXO\, CAPACIDADE:1000 L\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MUNHÕES PARA BASCULAMENTO DE 15CM\, COR:MARROM\, DIMENSÕES:1.23 M X 1. M X 92\,5 CM. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	485403	unidade	01	03	R\$ 2.869,33	R\$8.607,99
24	CONJUNTO LIXEIRA COLETA SELETIVA\, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE\, QUANTIDADE LIXEIRAS:4 UN\, CAPACIDADE:50 L\, COR:AZUL\, VERMELHA\, VERDE E AMARELA\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TAMP CAPACETE E SUPORTE METÁLICO\, TRATAMENTO SUPERFICIAL:U.V. CONJUNTO LIXEIRA COLETA SELETIVA\, MATERIAL POLIETILENO\, QUANTIDADE LIXEIRAS:4 UN\, CAPACIDADE:60 L\, COR:AZUL\, VERMELHA\, AMARELA E CINZA\, APLICAÇÃO:COLETA DE LIXO ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	612129	unidade	07	10	R\$ 455	R\$ 4.473,70
	DISPENSADOR\, MATERIAL:AÇO\, APLICAÇÃO:PARA ÁLCOOL GEL\, CAPACIDADE:5 L. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	470754	unidade	14	20	R\$ 83,92	R\$1.678,40

25							
26	<p>MODELADOR DE SALGADO</p> <p>EQUIPAMENTOS PARA COZINHAR\, ASSAR E SERVIR ALIMENT\, TIPO:MODELADOR PARA SALGADOS\ PRODUÇÃO APROXIMADA:2400 PEQUENOS/1200 GRANDES\, COMPONENTES:PEÇAS PARA 8 TIPOS\ VOLTAGEM:220 V. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	468483	unidade	01	03	R\$ 6.292,41	R\$18.877,23
27	<p>MESA REFEITÓRIO\, MATERIAL TAMPO:MADEIRA MACIÇA\, ALTURA:80 CM\, MATERIAL ESTRUTURA:MADEIRA MACIÇA\, COMPRIMENTO:200 CM\, LARGURA:90 CM\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ACOMPANHA OITO CADEIRAS DE MADEIRA PADRÃO COLONIAL. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	441340	Unidade	01	02	R\$ 2.298,04	R\$ 4.596,08
28	<p>FOGÃO GÁS\, TIPO FOGÃO:CONVENCIONAL\, QUANTIDADE BOCAS:4 UN\, NORMAS TÉCNICAS:SELO INMETRO GATEGORIA "A"\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ACENDIMENTO AUTOMÁTICO / FORNO AUTOLIMPANTE / TAM-\, VOLTAGEM:110/220 V\, COR:BRANCA. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	425200	Unidade	04	06	R\$ 866,39	R\$ 5.198,34
29	<p>ESPETO CHURRASCO\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, TIPO:DUPLO\, TIPO CABO:MADEIRA\, COMPRIMENTO:85 CM. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	218843	Unidade	14	20	R\$ 21,97	R\$ 439,40
30	<p>FILTRO DE ÁGUA\, MATERIAL:POLIPROPILENO\, DIÂMETRO CONEXÃO SAÍDA:1/2 POL\, VAZÃO:360 L /H\, DIÂMETRO CONEXÃO ENTRADA:1/2 POL\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ELEMENTO FILTRANTE COM PRATA\, CARVÃO ATIVADO\, CELU. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	384570	Unidade	07	10	R\$ 127,67	R\$ 1.276,7
31	<p>MULTIPROCESSADOR ALIMENTOS\, MATERIAL:PLÁSTICO\, FUNÇÃO:EMULSIFICAR\, PICAR\, BATER\, ESPREMER\, FATIAR\, LIQU\, POTÊNCIA:700 W\, TENSÃO:127 V\, COR:PRETO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TIGELA CAPACIDADE 1\,5 L\, COM 2 VELOCIDADES. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	483298	Unidade	01	03	R\$ 380,24	R\$ 1.140,72
32	<p>LIQUIDIFICADOR\, CAPACIDADE:3 L\, POTÊNCIA:1.200 W\, VOLTAGEM:220 V\, USO:DOMÉSTICO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:12 VELOCIDADES\, COPO REFORÇADO. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	607776	Unidade	05	07	R\$ 171,00	R\$ 1.197,00

33	FREEZER VERTICAL\, CAPACIDADE:228 L\, VOLTAGEM:220 V\, COR:BRANCA\, ALTURA:170 CM\, LARGURA:65 CM\, PROFUNDIDADE:72 CM\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONTROLE DE TEMPERATURA\, FUNÇÕES:COM SISTEMA DE DEGELO DO TIPO "FROST FREE"\, TIPO PORTA REVERSÍVEL\, APLICAÇÃO:CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS\, QUANTIDADE DE PORTAS:1. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	608937	Unidade	03	05	R\$ 4.020,33	R\$ 20.101,65
34	FRIGOBAR\, CAPACIDADE:120 L\, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:127/220 V\, COR:BRANCA\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PRATELEIRAS REMOVÍVEIS/GAVETAS/ETIQUETA "A. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	621443	Unidade	04	06	R\$ 1.262,52	R\$ 7.575,12
35	BATEDEIRA DOMÉSTICA\, CAPACIDADE:4.000 ML\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TIPO PLANETÁRIA\, TIGELA EM INOX\, 12 VELOCIDADES\, POTÊNCIA:800 W\, VOLTAGEM:220 V. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	608748	Unidade	03	05	R\$485,94	R\$2.429,70
36	PANELA PRESSÃO\, MATERIAL:ALUMÍNIO POLIDO\, CAPACIDADE:7 L\, SISTEMA SEGURANÇA:VÁLVULA SEGURANÇA\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS. TAMPA COM SISTEMA DE FECHAMENTO EXTERNO. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	421716	Unidade	03	05	R\$ 163,33	R\$ 816,65
37	ARMÁRIO COPA/COZINHA\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, TIPO:BALCÃO\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:LISO\, QUANTIDADE PORTAS:2 UN\, QUANTIDADE PRATELEIRAS:1 UN\, LARGURA:1\,50 M\, PROFUNDIDADE:0\,70 M\, ALTURA:0\,85 M\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PORTAS CORREDIÇAS. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	473251	Unidade	03	05	R\$ 3.506,63	R\$17.533,15
38	CAMA\, MATERIAL:ESPUMA/TECIDO POLIÉSTER\, TIPO:BOX/SOLTEIRO\, MODELO:COM GUARDA COSTAS ESPUMA D20 50X88X188CM\, COMPRIMENTO:1\,88 CM\, LARGURA:0\,88 CM\, TRATAMENTO SUPERFICIAL:TECIDO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PÉS ROSQUEÁVEIS; SUPORTA ATÉ 110KG; E ALTURA DOS P. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	486268	Unidade	07	10	R\$ 1.022,96	R\$ 10.229,60
39	PERSIANA\, MATERIAL:ALUMÍNIO\, TIPO: HORIZONTAL\, APLICAÇÃO:AMBIENTE PROFISSIONAL\, ESPESSURA LÂMINA: 25 MM\,	483709	Unidade	07	10	R\$ 238,12	R 2.381,20

	ALTURA:1\,50 M\, LARGURA:2\,30 M\, COR:CINZA 2025 . ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)						
40	ARMÁRIO AÇO\, TIPO:ROUPEIRO\, MATERIAL:AÇO\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ\, COR:CINZA\, QUANTIDADE PORTAS:2 UN\, QUANTIDADE PRATELEIRAS:4 UN\, ALTURA:1980 MM\, LARGURA:1200 MM\, PROFUNDIDADE:500 MM\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E FOSFATIZAÇÃO. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	617022	Unidade	03	05	R\$ 913,33	R\$ 4.566,65
41	CHUVEIRO ELÉTRICO\, MATERIAL:TERMOPLÁSTICO\, VARIAÇÕES TEMPERATURA ÁGUA:3\, ACABAMENTO:PLÁSTICO\, COR:BRANCA\, POTÊNCIA:5.500 W\, TENSÃO OPERAÇÃO:220 V\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MANGUEIRA E DUCHA MANUAL. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	614569	Unidade	07	10	R\$ 57,09	R\$ 570,90
42	CORTINA AR\, MATERIAL:CAIXA METÁLICA\, COMPRIMENTO:180 CM\, POTÊNCIA:350 W\, TENSÃO: 220 V\, VAZÃO:3.500 M3/H\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SISTEMA DE VENTILIZACAO: CROSS-FLOW. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	617635	Unidade	01	03	R\$ 1.094,77	R\$ 3.284,31
43	Mesa Centro Material Estrutura: Aço, Material Tampo: Mdf E Vidro, Espessura Tampo: 25 MM, Formato: Redonda, Altura: 0,42 M, Acabamento Tampo: Laminado De Madeira Natural, Acabamento Bordas: Lapidada, Diâmetro: 0,80. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	612597	Unidade	02	04	R\$ 809,33	R\$ 3.237,32
44	Sofá Material Estrutura: Madeira, Material Estofamento: Espuma, Revestimento: Couro, Características Adicionais: Mesa Lateral Acoplada, Quantidade Assentos: 3 UN, Largura: 4,00 M, Profundidade: 95 CM, Altura: 75 CM. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	607899	Unidade	02	04	R\$ 2.590,33	R\$ 10.361,32
	GAVETEIRO MÓVEL\, MATERIAL:MADEIRA MDF\, TIPO REVESTIMENTO:LAMINADO MELAMÍNICO\, QUANTIDADE GAVETAS:3 UN\, ALTURA:660 MM\, LARGURA:450 MM\, PROFUNDIDADE:500 MM\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:LAMINADO MELAMÍNICO\, COR:CINZA CLARO\, MATERIAL	237784	unidade	03	05	R\$ 450,67	R\$2.253,35

45	GAVETA:MADEIRA MDF\, TIPO PÉS:COM RODÍZIOS DUPLOS\, TAMANHO:45X50X66 CM\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM 2 GAVETAS MÉDIAS E 1 GAVETÃO NA PARTE INFERIOR. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)						
46	CADEIRA SOBRE LONGARINA\, MATERIAL ASSENTO E ENCOSTO:COMPENSADO/ESPUMA INJETADA\, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO:TECIDO\, QUANTIDADE ASSENTOS:3 UN\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BORDAS DE PROTEÇÃO EM PVC\, MATERIAL ESTRUTURA:AÇO\, ACABAMENTO SUPERFICIAL LONGARINA:PINTURA EM EPÓXI. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	607538	unidade	01	03	R\$ 680,00	R\$2.040,00
47	MESA ESCRITÓRIO\, MATERIAL ESTRUTURA:AÇO\, MATERIAL TAMPO:MDP\, COR TAMPO:CINZA\, QUANTIDADE GAVETAS:2 UN\, LARGURA:1\,20 M\, PROFUNDIDADE:0.60 M\, ALTURA:0\,74 M\, ESPESSURA TAMPO:15 MM\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM CHAVE. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	483246	unidade	10	15	R\$ 659,40	R\$ 9.891,00
48	COFRE\, MATERIAL:AÇO\, TAMANHO:GRANDE\, TIPO FECHADURA:SISTEMA ELETRÔNICO\, ABERTURA /FECHAMENTO AUTOMÁTICO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SENHA DE ABERTURA DE EMERGÊNCIA DESCARTÁVEL. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	402711	unidade	02	04	R\$ 3.018,33	R\$12.073,32
49	ARQUIVO ESCRITÓRIO\, MATERIAL:CHAPA AÇO 26\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI PÓ\, PADRÃO ACABAMENTO:TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO\, QUANTIDADE GAVETAS:4 UN\, COR:CINZA\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TRAVAMENTO SIMULTÂNEO\, GAVETAS DESLIZANTES\, APLICAÇÃO:PASTAS SUSPENSAS. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	482650	unidade	01	02	R\$ 760,33	R\$1.520,66
50	TELEVISOR\, TAMANHO TELA:75 POL\, VOLTAGEM BIVOLT V\, COR:PRETO/PRATA\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SMART TV\, 4 K\, WIFI. ENTRADAS HDMI /USB\, CONVERSOR\, TIPO TELA:LED\, ACESSÓRIOS. CONTROLE REMOTO. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	486188	unidade	09	14	R\$ 5.334,95	R\$ 74.689,30
	CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL\, TIPO FOCO AUTOMÁTICO DUAL PIXEL\, TIPO VISOR ELETRÔNICO TIPO OLED EVF\, FORMATO GRAVAÇÃO IMAGEM:4K\, TIPO MODO GRAVAÇÃO 4K 60P/FULL HD 120P\, RESOLUÇÃO MÁXIMA:24\,1 MEGAPIXELS FPS\, INTERFACE:WI-FI E BLUETOOTH\, TIPO MEMÓRIA:SD\, SDHC\, SDXC\,	621512	unidade	01	02	R\$ 8.678,93	R\$17.357,86

51	VELOCIDADE OBTURADOR:1/4000 PARA 30 S\, FLASH:POP UP\, SAÍDA VIDEO:HDMI\, ALIMENTAÇÃO . ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)						
52	TRIPÉ\, MATERIAL:ALUMÍNIO\, ALTURA MÁXIMA:1\, 80 M\, TIPO CABEÇA:GIRATÓRIA 360º\, APLICAÇÃO: CÂMARA FOTOGRÁFICA OU FILMADORA\, QUANTIDADE HASTES:3\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BASE NIVELADORA\, ENGATE RÁPIDO\, CONTROLE EM BOLHA\, ALTURA MÍNIMA:80 CM\, ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	600392	unidade	01	03	R\$ 384,67	R\$ 1.154,01
53	CAIXA SOM\, POTÊNCIA:500 W\, COR:PRETA\, VOLTAGEM:110/220 V\, APLICAÇÃO:MICROFONE\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM 11 ENTRADAS DVD MIX\, SOM ESTÉREO COM CONTROLE, ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	306679	unidade	01	03	R\$ 2.163,33	R\$6.489,99
54	MICROFONE\, TIPO:DE MÃO COM FIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PARA EVENTOS E CERIMONIAS\, APLICAÇÃO:ELETRONICAS\, . ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	368179	unidade	04	06	R\$ 237,10	R\$1.422,60
55	PEDESTAL MICROFONE\, MATERIAL BASE SUSTENTAÇÃO:AÇO CARBONO\, TIPO:GIRAFAL\, FORMATO BASE:TRIPÉ DOBRÁVEL\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA\, TIPO HASTE:TELESCÓPICA\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:HASTE COM REGULAGEM DE ALTURA E INCLINAÇÃO\, ALTURA: 1\,95 M\, ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006).	456779	unidade	01	03	R\$ 372,30	R\$1.116,90
56	CAIXA SOM\, POTÊNCIA:1.300 W\, COR:PRETA\, VOLTAGEM:110/220 V\, APLICAÇÃO:SALA DE AULA E EVENTOS EM LABORATÓRIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:POSSUI CONECTIVIDADE BLUETOOTH\, COMPONENTES ADICIONAIS:CONTROLE REMOTO\, ENTRADA USB. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	313765	unidade	01	02	R\$ 4.676,42	R\$9.352,84
57	MICROFONE\, TIPO:DE MÃO SEM FIO\, ALIMENTAÇÃO:BATERIA AA\, RESPOSTA FREQUÊNCIA:30 HZ A 20 KHZ\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:DISPLAY LCD\, IMPEDÂNCIA:50 OHMS\, ALCANCE:200 M\, PADRÃO:CARDÍOIDE\, SENSIBILIDADE: ? 98 DB\, DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL:. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	612281	unidade	02	04	R\$ 1.661,38	R\$6.645,52

58	CONJUNTO FERRAMENTAS\, TIPO:KIT DE FERRAMENTAS USO GERAL COM 186 PEÇAS\, COMPONENTES:186 PEÇAS DE CROMO VANADIUM E AÇO CARBONO\, COMPONENTES ADICIONAIS:MALETA DOBRAVEL COM 4 BANDEJAS\, APLICAÇÃO:MANUTENÇÃO EM GERAL. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	604418	unidade	01	03	R\$ 1.145,66	R\$3.436,98
59	ANDAIME\, MATERIAL:AÇO CARBONO\, MODELO:TUBULAR MODULADO\, ACESSÓRIOS:DIAGONAL\, RODÍZIO\,FERRO\,PAINEL HORIZONTAL PRANCHÃO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TIPO "H"\, ALTURA:1\,00 X 1\,00 M. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	468618	unidade	01	03	R\$ 221,66	R\$664,98
60	RILHADEIRA\, TIPO:ANGULAR\, VOLTAGEM:110/220 V\, POTÊNCIA:840 W\, ROTAÇÃO:11.000 RPM\, DIÂMETRO DISCO:4 1/2 POL. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	484052	unidade	02	04	R\$ 671,50	R\$2.686,00
61	MAQUINA DE SOLDAR A PONTO\, TIPO:MONOFÁSICO\, ALIMENTAÇÃO:220 V\, FREQUENCIA NOMINAL:60 HZ\, POTÊNCIA MÁXIMA:6\,5 KVA\, MAQUINA DE SOLDAR A PONTO. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	601594	unidade	01	02	R\$ 4.992,33	R\$9.984,46
62	CORTA – VERGALHÃO Material: Tesoura Corta Vergalhão 42 Pol Aplicação: uso diverso Descrição Medida: 42” – 1050mm Dureza das lâminas: 58-60HRc Em aço carbono.. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	371966	unidade	01	03	R\$ 272,28	R\$816,84
63	SOPRADOR\, TIPO:TÉRMICO PORTÁTIL\, ACIONAMENTO:ELÉTRICO\, VOLTAGEM:110/220 V\, POTÊNCIA:2.000 W\, VOLUME AR:150 A 500 L/MIN\, APLICAÇÃO:SOLDA\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIPO PISTOLA\, DISPLAY DIGITAL, SOPRADOR\, TIPO: TÉRMICO\, ACIONAMENTO:ELÉTRICO\, VOLTAGEM: 110/220 V\,. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	378061	unidade	02	04	R\$ 144,73	R\$578,92
64	SERRA CIRCULAR\, DIÂMETRO DISCO:185 MM\, POTÊNCIA:1.800 W\, ROTAÇÃO:5.800 RPM\, VOLTAGEM:110 V. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	481205	unidade	02	04	R\$ 527,08	R\$ 2.635,40

65	<p>PLAINA\, MATERIAL MESA:NÃO APLICÁVEL\, POTÊNCIA:750 WATT\, LARGURA CORTE:82 MM\, PROFUNDIDADE CORTE:3 MM\, PESO:7\,90 KG\, COMPRIMENTO MESA:NÃO APLICÁVEL MM\, LARGURA MESA:NÃO APLICÁVEL MM\, ROTAÇÃO: 16.000 RPM\, VOLTAGEM:110/220 V\, ACESSÓRIOS: CONJUNTO AFIADOR E CALIBRADOR\, APLICAÇÃO: PLAINAR MADEIRA\, COMPRIMENTO BASE:NÃO APLICÁVEL MM\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PUNHO FORMATO D. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	220735	unidade	02	04	R\$ 494,00	R\$ 1.976
66	<p>MISTURADOR, MATERIAL:ALUMÍNIO FUNDIDO\, TIPO ACIONAMENTO:ELETROMECAÂNICO\, CAPACIDADE:5 L\, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO\, FUNCIONAMENTO:ELÉTRICO\, NORMAS TÉCNICAS: NBR-7215\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PÁ E RECIPIENTE EM AÇO INOX\, 2 VELOCIDADES\, ROTA-\, APLICAÇÃO:ARGAMASSA. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	274880	unidade	01	02	R\$ 618,29	R\$ 1.236,58
67	<p>MARTELETE\, TIPO:PERFURADOR\, CAPACIDADE PERFURAÇÃO AÇO:13 MM\, CAPACIDADE PERFURAÇÃO MADEIRA:30 MM\, CAPACIDADE PERFURAÇÃO CONCRETO:24 MM\, POTÊNCIA:620 WATT\, CAPACIDADE IMPACTOS:0 A 4.850 IPM\, ROTAÇÃO:0 A 870 RPM\, PESO:2\,40 KG\, CAPACIDADE ASPIRAÇÃO:NÃO APLICÁVEL L\, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:115 V. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	220155	unidade	03	05	R\$ 740,33	R\$ 3.701,65
68	<p>Material: Moto Esmeril 6 Pol. 375W com Lixadeira de Cinta 110V</p> <p>Aplicação: serviços diversos</p> <p>Descrição</p> <p>Frequência: 60HZ</p> <p>Corrente: 1,75"</p> <p>Potência absorvida: 375W - 1/2HP</p> <p>Rotação máxima no vazio: 3450RPM</p> <p>Rebolo: 150 x 20 x 12,7mm</p> <p>Lixadeira de Cinta: 50x686mm. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	600247	unidade	01	02	R\$ 782,30	R\$ 1.564,60
69	<p>TORNO BANCADA</p> <p>Material: Morsa Torno de Bancada Linha Profissional Nr. 8</p> <p>Aplicação: serviços diversos</p> <p>Descrição</p> <p>Fabricado em ferro nodular nas normas ABNT-FE42012</p>	609186	unidade	01	03	R\$ 320,89	R\$ 962,67

	<p>Fuso manipulo em aço forjado com tratamento zincado eletrolítico</p> <p>Mordentes integrados ao corpo</p> <p>Largura do mordente: 200mm</p> <p>Abertura máxima: 203 mm. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>						
70	<p>SERRA MÁRMORE\, POTÊNCIA:1.200 W\, DIÂMETRO DO DISCO:110 MM\, VOLTAGEM:220 V\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:1 CHAVE FIXA E 1 CHAVE ALLEN. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	610903	Unidade	01	03	R\$ 291,66	R\$ 874,98
71	<p>JOGO CHAVE\, MATERIAL:AÇO CROMO VANÁDIO\, TIPO:FIXA\, QUANTIDADE PEÇAS:18\, TAMANHO:6;7;8;9;10;11;12;13;14;15;16;17;18;19;20;22\, MODELO:CHAVE DE BOCA\, ACESSÓRIOS:ESTOJO. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	441775	Unidade	03	05	R\$ 145,07	R\$ 725,35
72	<p>CONJUNTO DE PEÇA / ACESSÓRIO DE FURADEIRA PARA FURADEIRA\, MATERIAL:AÇO\, TIPO:KIT DE ACESSÓRIOS COM 100 PEÇAS\, COMPONENTES:5 BROCAS P/METAL; 7 BROCAS P/MADEIRA; 4 BROCAS P/C\, COMPONENTES ADICIONAIS:1 MALETA\, APLICAÇÃO:MARCENARIA E ALVENARIA. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	606052	Unidade	01	03	R\$ 135,72	R\$ 407,16
73	<p>PORTA\, PADRÃO MADEIRA:ANGELIM\, TIPO:MACIÇA\, LARGURA:80 CM\, ALTURA:2\,10 M\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM GUARNIÇÃO /JOGO DE MARCO\, COM FECHADURA COMPLETA. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	611016	Unidade	03	05	R\$ 322,93	R\$ 1.614,65
74	<p>PORTA\, LARGURA:60 CM\, ESPESSURA:10 MM\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BATENTES EM ALUMÍNIO\, COR:C/ COR\, ALTURA:1\,85 M\, APLICAÇÃO:BANHEIRO, PORTA\, TIPO:ABRIR\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ESMALTE\, LARGURA:1\,20 M\, ALTURA:2\,14 M\, ESPESSURA:3 CM\, MATERIAL:ALUMÍNIO\, COR:CINZA\, APLICAÇÃO:BANHEIRO, PORTA\, TIPO:LISA\, ACABAMENTO SUPERFICIAL:ANODIZADO\, COMPRIMENTO:1\,80 M\, LARGURA:0\,60 M\, CARACTERÍSTICAS MATERIAL:ALUMÍNIO\, APLICAÇÃO:BANHEIRO. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)</p>	608133	Unidade	03	05	R\$ 1.153,00	R\$ 5.765,00

75	CADEIRA EMPILHÁVEL\, MATERIAL ESTRUTURA TUBO AÇO\, COR:PRETA\, MATERIAL ASSENTO /ENCOSTO:POLIPROPILENO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM BRAÇO\, ALTURA:80 CM\, PROFUNDIDADE:55 CM. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	483274	Unidade	14	20	R\$ 163,96	R\$3.279,20
76	MESA QUADRADA PLÁSTICO - confeccionada em PVC cor branca, empilhável, abertura para guarda sol, lavável com quatro lugares, dimensões 70 x 70 x 72 cm (comprimento x largura x altura). Variação 10%. Seja certificada por entidade reconhecida pelo INMETRO ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	619400	Unidade	35	50	R\$ 389,55	R\$ 19.477,50
77	REDE ESPORTE\, MATERIAL:POLIETILENO\, APLICAÇÃO:FUTEBOL DE CAMPO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MALHA 15 COM TRATAMENTO UV\, MEDIDAS 7\,5M X 2\,5M\,. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	472017	Unidade	01	03	R\$ 240,00	R\$ 720,00
78	REDE ESPORTE\, MATERIAL:NÁILON\, APLICAÇÃO:VOLEIBOL\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESPESSURA DE 2MM E MALHA 15\, SEM FAIXA\, DIMENSÕES. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	464762	Unidade	01	03	R\$ 116,92	R\$ 350,76
79	Mesa Tênis De Mesa / Futmesa Material Tampo: Mdf , Material Estrutura: Tubo De Aço , Tipo: Dobrável , Acabamento Tampo: Pintado , Acabamento Estrutura: Pintura , Espessura Tampo: 18 MM, Cor: Azul , Características Opcionais: Com Medidas Oficiais Padrão Ittf (International Ta , Características Adicionais: Com Rodízios, Permite O Uso Como Paredão Para Treino. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	602701	Unidade	01	03	R\$ 1.367,75	R\$4.103,25
80	CILINDRO GÁS\, MATERIAL:ALUMÍNIO\, CAPACIDADE ARMAZENAGEM:10 L\, TIPO GÁS: OXIGÊNIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM REGULADOR DE PRESSÃO 0-4 L/MI. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	482803	unidade	02	04	R\$ 2.351,71	R\$9.406,84
81	BIOMBO HOSPITALAR\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL \, TIPO:TRIPLO DOBRÁVEL\, ALTURA:1\,80 CM\, COMPRIMENTO:COMPRIMENTO 2\,00 APROXIMADAMENTE\, ABERTO CM\, TIPO DE RODÍZIO:PONTEIRAS GIRATÓRIAS, BIOMBO HOSPITALAR\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, TIPO: TRIPLO DOBRÁVEL\, ALTURA:CERCA DE 1\,80 M\,	613256	unidade	01	03	R\$ 732,00	R\$ 2.196,00

	COMPRIMENTO:COMPRIMENTO I\,80 APROXIMADAMENTE\, ABERTO\, TIPO DE RODÍZIO: PONTEIRAS GIRATÓRIAS\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:DIVISÓRIAS EM PVC. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)						
82	ASPIRADOR CIRÚRGICO\, MODELO:ELÉTRICO MÓVEL\, PRESSÃO DE VÁCUO:CERCA DE 750 MMHG\, FLUXO DE ASPIRAÇÃO:A PARTIR 50 LPM\, TIPO FRASCO:2 FRASCOS EM PLÁSTICO\, VOLUME: CERCA DE 3 L X 3 L\, COMPONENTES:SISTEMA ANTITRANSBORDAMENTO\, FILTRO BACTERIOLÓGICO\, ADICIONAIS:ACIONAMENTO POR PEDAL. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	459187	unidade	01	02	R\$ 3.372,67	R\$ 6.745,34
83	MONITOR PORTÁTIL\, OPERAÇÃO:DIGITAL\, TIPO: AMOSTRA:SANGUE CAPILAR\, TIPO DE ANÁLISE: QUANTITATIVO DE GLICOSE\, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 600 MG/DL\, TEMPO RESPOSTA:ATÉ 10 S\, MEMÓRIA:250 A 500 TESTES\, COMPONENTES:COM LANCETAS\, TIRAS\, ACESSÓRIOS:LANCETADOR\, SOLUÇÃO CONTROLE. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	389557	unidade	02	04	R\$ 125,97	R\$ 503,88
84	EQUIPAMENTO CARDIOVERSOR EXTERNO\, SINCRONISMO:C/ MONITOR DE ECG E DEFIBRILADOR EXTERNO\, PARÂMETROS MÍNIMOS: MP EXTERNO E SPO2\, RECURSOS ADICIONAIS MÍNIMOS:PNI\, ETCO2\, TEMPERATURA\, FR\, AUXÍLIO RCP\, TIPO GABINETE:TELA C/ VISOR GRÁFICO E PÁS EXTERNAS\, CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:ONDA BIFÁSICA\, COMANDO NAS PÁS\, ALARMES E MEMÓRIA\, IMPRESSORA:COM IMPRESSORA INTEGRADA\, ALIMENTAÇÃO:BIVOLTA AUTOMÁTICO\, BATERIA RECARREGÁVEL. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	616831	unidade	01	03	R\$ 24.662, 33	R\$ 73.986,99
85	Microscópio Biológico Binocular 1600X Luz de Led. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123 /2006)	440806	unidade	01	01	R\$ 8.333,33	R\$8.333,33
86	COLCHÃO USO HOSPITALAR\, MATERIAL:ESPUMA FLEXÍVEL POLIURETANO\, REVESTIMENTO:C/ CAPA NÃO REMOVÍVEL\, TOTALMENTE IMPERMEÁVEL\, DENSIDADE:CERCA DE D-28 A D-33 KG/M3\, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:TRIPARTIDO\, USO CAMA PARA PARTO HUMANIZADO. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	615393	Unidade	03	05	R\$ 832,67	R\$ 4.163,35
87	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS\, TIPO :TIPO BALANÇA C/ RÉGUA\, MODELO: MECÂNICA\, MATERIAL :AÇO C/ PINTURA ELETROSTÁTICA\, ESCALA GRADUAÇÃO:C/ ESCALA MÉTRICA - MM E CM\, FAIXA MEDIÇÃO:CERCA DE 2\, 0 M\, COMPONENTE II:TAPETE DE BORRACHA\, COMPONENTE III:PÉS REGULÁVEIS\, CAPACIDADE	442493	Unidade	01	02	R\$ 1.395,00	R\$ 2.790,00

	MÁXIMA CARGA:ATÉ 200 KG, . ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)						
88	PORTA-AGULHA INSTRUMENTAL\, MODELO:MAYO HEGAR\, TIPO PONTA:PONTA RETA\, CARACTERÍSTICA PONTA:C/ VÍDEA\, HASTE:HASTE RETA\, ADICIONAL 1:COM TRAVA\, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 14 CM\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	471152	Unidade	02	04	R\$ 138,44	R\$ 553,76
89	PINÇA ANATÔMICA\, MODELO 1:DENTE DE RATO\, FORMATO PONTA:PONTA RETA\, TIPO PONTA:2 DENTES\, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 14 CM\, COMPONENTE:S/ CREMALHEIRA\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	467996	Unidade	02	04	R\$ 31,18	R\$ 124,72
90	PINÇA ANATÔMICA\, MODELO 1:DISSECÇÃO\, FORMATO PONTA:PONTA RETA\, TIPO PONTA:SERRILHADA\, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 14 CM\, COMPONENTE:S/ CREMALHEIRA\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	467745	Unidade	02	04	R\$ 19,24	R\$ 76,96
91	TESOURA INSTRUMENTAL\, MODELO 1:ÍRIS\, TIPO PONTA:PONTA RETA\, CARACTERÍSTICA PONTA:FINA\, HASTE:HASTE RETA\, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 12 CM\, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL\, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	471566	Unidade	02	04	R\$ 41,88	R\$ 167,52
92	VÁLVULA REGULADORA CILINDRO GÁS\, COMPONENTES:FLUXÔMETRO CILINDRO GÁS OXIGÊNIO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CÁPSULA INTERNA E EXTERNA EM POLICARBONATO\, MATERIAL:METAL\, TRATAMENTO SUPERFICIAL:CROMADO\, TIPO ROSCA:PADRÃO MACHO\, PRESSÃO ENTRADA:3\,5 KGF/CM2\, VAZÃO:0 A 15 L/MIN. ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (LC123/2006)	478004	Unidade	03	05	R\$ 287,33	R\$ 1.436,65
93	MOTOR DE POPA\, POTÊNCIA:40 HP\, TIPO MOTOR:2 TEMPOS\, CAPACIDADE TANQUE:25 L\, SISTEMA PARTIDA:ELÉTRICA\, CILINDRADA:196 CC\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COMANDO A DISTÂNCIA, MOTOR POPA\, TIPO:PARTIDA MANUAL\, POTÊNCIA:40 HP\, APLICAÇÃO:BOTE\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SISTEMA DE IGNIÇÃO MANUAL\, COMBUSTÍVEL:GASOLINA\, CAPACIDADE TANQUE:24 L\, TIPO MOTOR:2 TEMPOS .	347488	Unidade	01	02	R\$ 41.948,68	R\$ 125.846,04
94	MOTOR POPA\, TIPO:ELÉTRICO\, POTÊNCIA:60 HP\, APLICAÇÃO:EMBARCAÇÃO\, CARACTERÍSTICAS	301283	Unidade	01	03	R\$ 39.377,83	R\$ 118.133,49

	ADICIONAIS:SISTEMA POWER TRIM/LUBRIFICAÇÃO CÂRTER ÚMIDO E SEN, COMBUSTÍVEL:GASOLINA\ QUANTIDADE CILINDRO:3 UN, CAPACIDADE TANQUE:24 L, TIPO MOTOR:4 TEMPOS\, SISTEMA DIREÇÃO:CAIXA COMANDO\, VELOCIDADE:5.000 A 6.000 RPM, MOTOR POPA\, TIPO:PARTIDA ELÉTRICA\, POTÊNCIA:60 HP\, APLICAÇÃO: EMBARCAÇÃO\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:849 CM3\, FLUXO DIRECIONADO\, 3 CARBURADORES\, COMBUSTÍVEL:GASOLINA\, TIPO MOTOR:2 TEMPOS\, SISTEMA DIREÇÃO:CAIXA COMANDO\, VELOCIDADE: 4.500 A 5.500 RPM.						
95	MOTOR POPA\, TIPO:PARTIDA MANUAL\, POTÊNCIA: 15 HP\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SISTEMA PROTEÇÃO PROPULSÃO: AMORTECEDORA BORRACHA\, QUANTIDADE CILINDRO:2 UN\, CAPACIDADE TANQUE:MÍNIMA DE 25 L\, TIPO MOTOR:2 TEMPOS.	273145	Unidade	01	03	R \$ 15.362,72	R \$ 46.088,16
96	MOTOR POPA, TIPO:ELÉTRICO, POTÊNCIA:100 HP, APLICAÇÃO:EMBARCAÇÃO, COMBUSTÍVEL: GASOLINA, TIPO MOTOR:4 TEMPOS, SISTEMA DIREÇÃO:COMANDO A DISTÂNCIA	618251	Unidade	01	03	R\$ 70.532,32	R\$ 211.596,96
TOTAL							R\$ 1.205.923,99

objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021. Adicionalmente, foi verificado que a contratação está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 4, de 2 de fevereiro de 2023, que complementa o referido Decreto.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) Homologação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. A Ata de Registro de Preços (ARP) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, os itens cujos valores se enquadram nos limites legais serão destinados à participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

1.6.1. Não será aplicada cota reservada para os itens referentes aos motores de embarcação, apesar da divisibilidade quantitativa do objeto, considerando o baixo quantitativo licitado (03 unidades), o elevado valor unitário, a necessidade de padronização técnica e a possibilidade de prejuízo à competitividade e à economicidade da contratação, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.3 Os quantitativos foram estimados com base no consumo histórico dos últimos 12 meses nas demandas recorrentes da 2º CIA FRON na previsão de manutenção atual.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade exigidos estão de acordo com no Art. 5º da Lei 14.133 /21, com redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010; no Art. 4º, incisos I, III, VI, Art. 5º do Decreto nº 7.746, de 5 JUN 12; incisos II, III, do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01, de 19 JAN 10; Art. 225º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) e subsidiariamente a Lei nº 9.985, de 18 JUL 00;

4.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade; 1990);

4.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4.1.7. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

4.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração, a terceiros, ou ao meio ambiente, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento do objeto desta licitação, não podendo

ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da entrega do material;

4.1.9. A licitante vencedora deverá cumprir toda a legislação ambiental, de trânsito, trabalhista e de Segurança do Trabalho no que for pertinente à exploração, transporte, carga e descarga dos materiais licitados;

4.1.10. É de responsabilidade da contratada os Planos de Prevenção de Acidente, Manejo Ambiental,

Gerenciamento de Resíduos, Controle Médico de Saúde Operacional, Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção, assim como todos os planos e programas referentes à atividade que estiver exercendo;

4.1.11. Lançar na Nota Fiscal as especificações dos bens entregues de modo idêntico àqueles constantes na requisição fornecida pelo fiscal de contrato.

4.1.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

4.1.13. A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo descumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

4.1.14. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente à Contratante ou a terceiros em recontratais ou legais a que estiver sujeita.

4.1.15. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto e, ainda, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado

da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

4.1.16 Na aquisição de bens ou serviços relacionados ao objeto contratado que envolvam resíduos originários da contratação, tais como agrotóxicos, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e eletroeletrônicos, a contratada deverá providenciar o seu recolhimento e adequado descarte, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada (Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos);

4.1.16.1 Na aquisição de bens ou serviços relacionados ao objeto contratado que envolvam a utilização de pilhas e baterias portáteis, baterias chumbo-ácido, automotivas e industriais ou pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio e óxido de mercúrio, não são permitidas à contratada formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do art. 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

4.1.16.2 Lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

4.1.16.3 Lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas a inundações.

4.1.17. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, salvo prazo superior do fabricante.

Subcontratação

4.2 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

4.3 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, haja vista que os itens serão empenhados e a entrega será em até 30 dias contado da ordem de fornecimento.

4.3.1 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do empenho, em remessa única podendo ser parcelado conforme demanda administrativas.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 As especificações representam parâmetros mínimos de qualidade, admitindo-se produto equivalente, similar ou superior

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua Capitão Cantalice, 1077, Centro, Porto Murtinho – MS CEP:79280-585.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. Os materiais que apresentarem alguma avaria no recebimento deverão ser substituídos por outros novos, que apresentem padrões de qualidade iguais ou superiores aos dos materiais recebidos.

5.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos materiais que apresentarem defeito no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do material das dependências da Administração pelo Contratado.

5.8. prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.9. O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.10. A garantia legal ou contratual do material tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e

pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de trinta dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.25. Em conformidade com o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, foi realizada uma análise para garantir que as condições de aquisição e pagamento da contratação considerem práticas semelhantes às do setor privado. No entanto, não foi possível adotar tais condições devido ao fato de que as condições de aquisição e pagamento estabelecidas para a contratação pública são regidas por normas e regulamentações específicas, como a Lei nº 14.133/2021 e normativas internas da administração pública. Essas regras visam garantir a transparência, a isonomia e o controle fiscal, o que pode diferir das práticas comuns no setor privado.

Antecipação de pagamento

7.24. Não haverá antecipação de crédito

7.25. Cessão de crédito

7.25.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de trinta dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. o valor a pagar; e

8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme sessão anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária. Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta Corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária par apagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 1.1.1 7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente..

8.23. Não haverá antecipação de crédito

8.24. Em conformidade com o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, foi realizada uma análise para garantir que as condições de aquisição e pagamento da contratação considerem práticas semelhantes às do setor privado. No entanto, não foi possível adotar tais condições devido ao fato de que as condições de aquisição e pagamento estabelecidas para a contratação pública são regidas por normas e regulamentações específicas, como a Lei nº 14.133/2021 e normativas internas da administração pública. Essas regras visam garantir a transparência, a isonomia e o controle fiscal, o que pode diferir das práticas comuns no setor privado. Antecipação de pagamento

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR Preço Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto poderá ser parcelado, conforme interesse da administração. Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos: Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Micro empreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual -CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de

negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios de tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.23. Qualificação Econômico-Financeira

9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, casos e trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped

9.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. Qualificação Técnica

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

I) 9.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas.

II) 9.32. Quantidade mínima de 10% do quantitativo total de item.

III) 9.32.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

IV) 9.32.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

V) 9.32.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, copiado contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual; 9.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; 1.1.2

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizado

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor R\$ 1.205.923,99

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.205.923,99 (Um milhão, duzentos e cinco mil, novecentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

13. ANEXO I

13. Classificação

13.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

(X) As informações contidas no presente Termo de Referência DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.


() As informações contidas no presente Termo de Referência ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO, nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

14. ANEXO II

Responsáveis Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020. Despacho: Declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE REQUISITANTE, definidas no Art. 22, § 2º, da INSGD..

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 GABRIELE DE ANDRADE GAMA
Data: 27/05/2026 10:58:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GABRIELE DE ANDRADE GAMA

Membro da comissão de contratação

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA
“Companhia Soldado Simeão Fernandes”

EDITAL PREGÃO Nº 90003/2026

Processo Administrativo nº 64421.001478/2026-26

Ata de Registro de Preços nº 06/2026

2ª Companhia de Fronteira, com sede na **Rua Capitão Cantalice, nº 1077, Área Militar, Porto Murtinho – MS, CEP 79280-585**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.586.056/0001-44, neste ato representado pelo Ten Cel **CARLOS MARCELO DA SILVA**, Ordenador de Despesas, nomeado pela Portaria nº 730, de 23 de maio de 2024, do Departamento – Geral do Pessoal, do Comando do Exército, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº **90003/2026** publicada no DOU Nº **238 de 15 de Dezembro de 2025**, processo administrativo n.º **64421.001478/2026-26**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada atendendo as condições previstas no Edital de licitação sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. *A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de materiais permanentes conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência, para atender as necessidades da 2ª Companhia de Fronteira, especificado(s) no(s) item(ns) constante do Termo de Referência, Pregão n.º 90003/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.*

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: JOÃO CANDIA

CNPJ/MF: 28.630.653/0001-73

Rua: TREZE DE JUNHO, 1270 - CENTRO CIDADE: Porto Murtinho / Mato Grosso do Sul

CEP 79.280-000 .

Telefone: (67) 3287-1670

Email: vitorina.araujo@hotmail.com

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UND MEDIDA	QDTE	Valor Unitário	Valor total
214	Gás Refino De Petróleo Tipo: Gás Liquefeito De Petróleo - Glp, Uso: Industrial	KG	5.300	R\$ 11,60	R\$ 61.480,00
215	Gás Refino De Petróleo Tipo: Gás Liquefeito De Petróleo - Glp, Uso: Doméstico	KG	2.600	R\$ 12,00	R\$ 31.200,00
VALOR TOTAL					R\$ 92.680,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a 2ª Companhia de Fronteira.

3.2. Não há órgãos participantes.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item.

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer a proposta em quantitativo máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

5.4.2.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item Erro: Origem da referência não encontrada somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *[edital]*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item Erro: Origem da referência não encontrada e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro,

nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.4.2

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*. Esta Ata vincula-se integralmente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026 e ao Termo de Referência, prevalecendo

suas disposições em caso de divergência.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Murtinho-MS, ____de____de 2026.

Representante da Empresa (NOME COMPLETO E LEGÍVEL)

CPF:

RG: CARIMBO COM NOME E CNPJ DA EMPRESA

(Apagar essa caixa de texto e carimbar)

CARLOS MARCELO DA SILVA – TC
ORDENADOR DE DESPESAS DA 2º CIA
FRON